

CELSO FURTADO

A política está toda errada

O professor Celso Furtado acha que a atual política financeira está totalmente errada. Um bom exemplo disto é a operação que o Banco Central está promovendo para trocar Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com correção cambial por Letras do Tesouro Nacional (LTN), estreitando os prazos de vencimento dos títulos da dívida pública e remunerando as LTNs na base de 250% ao ano. "Assim, é impossível disciplinar as taxas de juros", explica.

Na sua opinião, a proposta para superar o impasse que o país enfrenta na área financeira é "a mais simples". A grosso modo, sua estratégia estaria baseada em três pontos: 1) o Governo precisaria reconquistar sua liberdade de ação, rejeitando os créditos ampliados do FMI que acarretam "alta condicionalidade e, na prática, tutela"; 2) colocar ordem na relação com os bancos internacionais, que estão refinanciando a "inadimplência do país", exigindo um preço muito caro; e 3) no plano interno, retomar os instrumentos tradicionais de política monetária, cambial e de crédito, entre outros.

A fórmula de Celso Furtado — Ministro do Planejamento do governo Goulart —

passa pela "declaração unilateral da moratória de imediato". Declaração que, na verdade, representaria nada mais nada menos do que a formalização do que já está acontecendo. Nos últimos 45 dias, segundo ele, o Brasil atrasou o pagamento de quase 2 bilhões de dólares de juros a pequenos bancos americanos.

Algo semelhante o ex-superintendente da Sudene sugere em relação ao acordo com o FMI. "Não precisaríamos romper com o Fundo, porque, na verdade, o Fundo já rompeu com o Brasil", insiste.

Dentro da simplicidade da sua proposta, o economista desfaz algumas confusões. "Se não pagarmos aos credores, as autoridades afirmam que os bancos puniriam o país, suspendendo o fluxo de crédito, mas o fato é que eles já estão punindo", lembra Celso Furtado, enumerando as exigências dos banqueiros internacionais e a suspensão efetiva do fluxo de créditos, que acabaram empurrando a economia para a recessão e o desemprego.

No plano interno, sua proposta prevê a reativação dos instrumentos clássicos de política econômica, particularmente os de política monetária e de crédito, para que as

empresas possam voltar a investir, a produzir e a gerar mais empregos. "O sistema não pode permanecer sem controle: é necessário restabelecê-lo de imediato", explica Celso Furtado.

— Os instrumentos existem e estão aí, quase todos mutilados. O próprio Banco Central já não serve para nada como instrumento de política econômica, mas é preciso colocá-lo outra vez em forma — sentencia o economista, que detecta como um dos principais problemas do Governo, no momento, a "absoluta falta de liberdade de ação" decorrente dos compromissos firmados.

Todas as medidas deverão ter um alvo muito simples também: a retomada dos investimentos nos setores que apresentam menor grau de dependência às importações e maior capacidade de geração de empregos. Celso Furtado cita dois exemplos para não ter que "entrar em maiores detalhes": o setor da construção civil e os setores industriais com maior margem de capacidade ociosa.

As entrevistas com Carlos Brandão e Celso Furtado foram feitas por Wilson Thimóteo, repórter da Editoria de Economia.
